

JUSTIÇA E PRUDÊNCIA NA CIDADE: REFLEXÕES SOBRE A DIGRESSÃO DO *TEETETO*

*Anderson de Paula Borges**

RESUMO: Meu propósito neste ensaio é fazer algumas observações sobre a Digressão do *Teeteto*. No artigo vou sustentar que o objetivo central da Digressão é expor um conflito entre dois modos de vida: a vida do filósofo e a vida de quem se dedica à política. Na primeira parte do ensaio destaco alguns aspectos do Prólogo, especialmente sua relação com o julgamento de Sócrates. Na segunda parte examino o sentido da Digressão do ponto de vista da discussão de Sócrates sobre a epistemologia de Protágoras.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia, Política, Drama, Argumento, Julgamento de Sócrates.

JUSTICE AND PRUDENCE IN THE *POLIS*: SOME REFLEXIONS ON THE DIGRESSION OF THE *THEAETETUS*

ABSTRACT: My purpose in this essay is to make some remarks about the *Digression* of the *Theaetetus*. I shall argue that one central aim of the Digression is to show that there is a conflict between two ways of life: the life of the philosopher and the life of people get involved in politics. In the first part of this paper I make some considerations on the relationship between the Prologue and the trial of Socrates. In the second part I examine the moral of the Digression from the perspective of Socrates' account of Protagoras' epistemology.

KEYWORDS: Philosophy, Politic, Drama, Argument, Socrates' Trial.

INTRODUÇÃO

Ao me deparar com o privilégio de apresentar no V Seminário ARCHAI uma reflexão pertinente ao tema “Cidade Antiga”, julguei que algumas palavras sobre a *Digressão filosófica do Teeteto* (172b-177c, doravante apenas Digressão) seriam oportunas. Trata-se de uma passagem que confronta dois discursos presentes na Atenas do século IV: o discurso dos filósofos e o discurso dos oradores. Apesar da importância do tema, a Digressão não recebe muita atenção na literatura que examina o diálogo. É provável que isso se explique no fato de que a passagem preside uma mudança abrupta no conjunto de argumentos no meio dos quais ela está inserida. Esses argumentos são os que se entrelaçam no exame do núcleo lógico da epistemologia protagoreana: a tese do homem-mensura. Quando a Digressão interrompe essa análise, não é muito clara a função da interrupção. De outro lado, seu conteúdo político parece fora de foco num contexto eminentemente epistemológico.

* Doutorando USP, E-mail: daimon@usp.br.

Todavia, afastando-me do consenso de que a *Digressão* não tem muita relevância, penso que ela pode ganhar uma conexão importante com a epistemologia protagoreana se identificarmos no diálogo uma referência às conseqüências políticas dessa epistemologia. Não me refiro à defesa de um discurso político em si, que a *República* perfaz com muito mais eficácia que o *Teeteto*¹, mas ao anúncio da necessidade de se fazer a análise do dito também na esfera política. De acordo com Burnyeat (1990, p. 33) o tema central da *Digressão* é a relação entre justiça e prudência. Tendo por foco o tribunal, a *Digressão* mostra que ser prudente na cidade equivale a seguir o jogo político para manter-se intacto mesmo diante de situações sérias como uma acusação. Acerca do par justiça-prudência a mensagem da *Digressão* é a seguinte: se seguirmos a lógica protagoreana haverá uma disjunção entre a justiça como paradigma e as ações que os indivíduos e as cidades considerarão benéficas para si.

Para desenvolver o tema proponho considerar primeiro o contexto político do diálogo por meio da análise do Prólogo. Depois, me interesso por alguns aspectos temáticos e estilísticos da *Digressão*.

O PRÓLOGO E A DIGRESSÃO

Platão concebe o *Teeteto* como uma conversa entre Sócrates e os matemáticos Teeteto e Teodoro. Todavia, quando estamos lendo esta conversa nossa posição no diálogo já deixou para trás uma cena preliminar: Euclides e Terpsion se encontraram em Mégara para trocar elogios sobre Teeteto, comentar sobre as circunstâncias de sua morte e mencionar o encontro entre o jovem matemático e Sócrates. Apesar do evidente aspecto fictício da cena, há um detalhe que não vemos em nenhum outro diálogo. O texto principal da obra, escrito por Euclides, é na verdade um retrato fiel da conversa, tendo sido supervisionado diretamente por Sócrates. Muitas vezes se costuma alegar que há uma instância disso no *Banquete*, pois Apolodoro também consulta Sócrates para averiguar a exatidão do relato de Aristodemo sobre o encontro do filósofo com os demais convivas daquele festim (cf. 173b). Mas lá no *Banquete* Apolodoro parece ter consultado numa única ocasião, ao passo o *Teeteto* nos informa que Euclides teve seguidos encontros com Sócrates em Atenas (cf. 143a). Do ponto de vista da interpretação do diálogo, esse detalhe sugere uma questão: a preocupação de fidelidade no retrato do diálogo não estaria relacionada aos propósitos de Platão ao escrever o *Teeteto*?

Para examinar essa questão, gostaria de chamar atenção sobre algumas conexões entre o trabalho de revisão feito no texto de Euclides e a data dramática do *Teeteto*. Embora o diálogo não informe quando Euclides esteve com Sócrates, limitando-se a dizer que “foi pouco tempo antes de sua morte” (142c7-8), há evidências de que os encontros poderiam ter ocorrido no

¹ Em toda a vasta literatura sobre o *Teeteto*, há somente um estudo de fôlego sobre os aspectos políticos do diálogo em STERN, 2008.

cenário da prisão, tanto dentro da cela como nos arredores, em algum momento não muito distante dos procedimentos da acusação.

Um recurso útil para confirmar isso é deter-se sobre a data dramática do diálogo. Há duas datas deste tipo. A primeira é a data da conversa entre Euclides e Terpsion, provavelmente ocorrida cerca de 30 anos após os eventos narrados, em algum momento próximo à época da composição. O que autoriza essa inferência é o fato de Euclides mencionar que viu Teeteto sendo carregado de Corinto a Atenas com um ferimento de guerra (142b), o que implica que o Teeteto que está ali já não é mais aquele jovem com menos de 18 anos que participa do diálogo. Quanto à segunda data, trata-se do momento em que o diálogo efetivamente se desenvolve: no ginásio de Atenas em 399. Ao contrário da data de composição,² admitida em torno de 369, mas sem evidências definitivas, temos certeza da segunda data por causa de duas circunstâncias citadas no texto (cf. LONG, 1988, p. 121). Antes de tudo, na cena inicial Euclides conta que Sócrates conheceu Teeteto “ainda adolescente” (142c). Depois, no desfecho do diálogo, Sócrates diz que precisa ir ao pórtico do rei para tratar da acusação de Meleto (210d). Tomando estas duas informações como pontos distintos num tempo cronológico, ainda que o corpo que as contenha seja um diálogo imaginário, o fato é que os dois momentos indicam que a conversa entre Sócrates e Teeteto ocorreu muito próxima do julgamento.

Agora, imaginemos que Platão está organizando em sua mente a ordem cronológica das duas cenas dramáticas. Ele precisa vincular a correção de Sócrates às visitas de Euclides a Atenas de um modo que não viole a seqüência dos acontecimentos de 399 e nem a data na qual ele está situando a conversa dos megáricos. Ora, entre o encontro com os matemáticos e o dia da morte há um espaço de tempo muito curto para que Euclides possa visitar Sócrates e corrigir o material do diálogo. Como Euclides teria feito seu trabalho nestas circunstâncias? Há três possibilidades. As correções teriam acontecido: (1) na cela; (2) em algum momento durante o

² A maior parte dos comentadores situa a composição do diálogo em torno a 369 a.C. porque, na cena em que *Teeteto* é levado de Corinto para Atenas, somos informados que o jovem matemático foi ferido na batalha, além de pegar a doença que atacou as tropas. Se pudermos identificar a batalha a qual Teeteto participou, podemos precisar a data de composição. Diès (1926, *Notice*) relata que os intérpretes se dividem entre dois episódios: a batalha de Neméia ocorrida em 394 e os combates no istmo quando Atenas se alia a Esparta contra os tebanos, por volta de 369. O problema de aceitar a primeira data é que haveria um espaço de tempo muito estreito entre a morte de Sócrates, data dramática da conversação que constitui a essência do diálogo, e o relato de Euclides. Em si isto não é um problema, pois Euclides poderia muito bem retratar o que Sócrates lhe contou, bastando para isso recordar-se de um conteúdo que em 394 ainda seria relativamente recente. Mas Diès argumenta que, neste caso, o recurso fictício à composição feita por Euclides seria inútil. Diès opta, então, pela data de 369, recuando a conversa dos megáricos para 30 anos após os acontecimentos de 399. A data proposta por Diès é aceita pela maior parte dos intérpretes, entre os quais Burnyeat (1990) e Paul Stern (2008).

processo de acusação ou 3) em momentos complementares que envolvem (1) e (2). Para decidir temos dois dados relevantes. Primeiro, de acordo com o *Fédon* Euclides e Terpsion estavam entre os que assistiam Sócrates no leito de morte (cf. *Fédon* 59c). É bem plausível que Euclides tenha realizado o trabalho de revisão neste momento. O segundo ponto é que Sócrates esperou um mês pelo cumprimento da sentença, pois, ainda segundo o *Fédon*, sua condenação coincide com o período no qual Atenas festeja o êxito de Teseu em Creta. Durante estes festejos as execuções são interrompidas até que o navio ateniense retorne da ilha. Portanto, trata-se de um período de tempo mais do que suficiente para Euclides corrigir com Sócrates seu relato do *Teeteto*. Minha inclinação é pela terceira opção. Platão prevê que Euclides trabalhe o texto com Sócrates principalmente na cela, embora nada impeça que parte da correção fosse feita momentos antes da prisão. Seja como for, esse trabalho não poderia ser realizado num momento muito distante da acusação porque Sócrates termina o diálogo se dirigindo ao tribunal. É a partir desse momento que ele poderia ter encontrado Euclides e não antes.

Com base no exposto acima, a preocupação de fidelidade no retrato do diálogo ganha o seguinte aspecto: ao corrigir o corpo principal do texto Sócrates oferece seu testamento sobre o tema do conhecimento em pleno contexto de sua morte. Supondo que essa é a intenção de Platão ao escrever o diálogo, como poderíamos relacionar o tema da *Digressão* com esse propósito? A pergunta é pertinente porque a *Digressão* menciona claramente um dos aspectos centrais da condenação: a diferença entre a espécie de discurso proposta por Sócrates e a forma de expressão consagrada no tribunal.

Antes de responder à pergunta, porém, quero esclarecer minha posição sobre esse tipo de especulação acerca das cenas dramáticas dos diálogos. Nestes casos lidamos com detalhes que podem ser meramente secundários, sem grandes conseqüências para o tema da obra. Não descarto essa possibilidade e nem tenciono propor em minha análise alguma linha de leitura supostamente mais adequada para lidar com os problemas de interpretação do *Teeteto*, que são muitos. O recurso aos traços estilísticos para ler Platão na maior parte dos casos é inócuo. Contra essa posição, há hoje uma tese difundida em parte da crítica platônica segundo a qual ao se ler um diálogo de Platão deve-se atentar para os detalhes, pois se trataria de uma obra literária e não de um tratado conforme os cânones modernos da dissertação filosófica. Porém, não estou convencido da efetiva disjunção entre drama e dissertação para um autor como Platão. O *Teeteto* em si parece não confirmar essa separação. A trama do diálogo, na essência, é o modo como o texto enlaça os argumentos. Se um tratado se define no conjunto coerente de argumentos sobre o tema, ignorando detalhes ou adendos como o Prólogo, as características das personagens, as cenas, os desvios, etc., o que sobra no *Teeteto* é um *tratado* sobre o conhecimento.

No entanto, colocar o aspecto dramático ou estilístico em segundo plano não implica ignorá-lo. Ao contrário, os detalhes estéticos e a escolha das personagens servem para direcionar certas opções no tratamento dos temas. Por exemplo. O diálogo tem duas personagens com

experiência no trabalho com aritmética e geometria: Teodoro e Teeteto. Em dado momento da introdução essa habilidade servirá a Sócrates para propor uma analogia sobre o tipo de definição de conhecimento que se deve buscar (veja-se 147c-148e). Se não houvesse nenhum matemático na cena, dificilmente Platão conseguiria justificar a passagem matemática do modo como o fez: Teeteto percebe no exercício matemático *como se deve definir* o tema central.

Feitas estas ponderações, passo então à relação entre a cena dramática do Prólogo e a Digressão. Assim como a cena matemática em 147c-148e nos coloca no campo de um tópico abstrato como forma de perceber a universalidade do tema a ser discutido na seqüência, penso que o fato de o *Teeteto* ser artisticamente concebido na prisão nos recorda uma atmosfera política em que o tipo de conhecimento professado por Sócrates tem conseqüências para seu destino. A diferença entre esse conhecimento socrático e os conhecimentos parciais ou domésticos da vida de Atenas constitui a atmosfera da Digressão. Nela Platão expõe o *contraste entre o discurso filosófico e o discurso forense*. Nós sabemos que o efeito mais terrível deste contraste foi a morte de Sócrates. Nós sabemos também que há razões alegadas e razões reais que explicam a condenação. As razões alegadas nos são conhecidas: Sócrates teria corrompido jovens, desrespeitado os deuses da cidade e introduzido novas divindades. Mas, como a *Apologia* nos mostra, se há uma razão que foi determinante é o fato de Sócrates não ter se esforçado nem um pouco para agradar os juízes no dia do julgamento. Na *Apologia* ele parece muito à vontade para fazer uma longa defesa de seu estilo. Provavelmente na *Digressão* ele ainda está justificando este procedimento assumido em 399, isto é, na ante-sala da condenação Platão recria novamente a Defesa de Sócrates, mas agora de uma perspectiva bem mais ampla que aquela da *Apologia*. No *Teeteto* trata-se de justificar as posições de Sócrates no quadro de uma análise lógica do conhecimento.

Como se vê no diálogo, Sócrates não tem propriamente uma definição formal de conhecimento, mas ele percebe uma série de equívocos e inconsistências em várias definições correntes. Especialmente no tipo de postura que se esperava dele ao se dirigir aos juízes ou às pessoas que assistiam a seu julgamento, Sócrates percebeu a inevitabilidade desse conhecimento negativo. A Digressão mostra que o saber filosófico se opõe a algumas atitudes típicas nos tribunais, entre as quais a fala marcada por tempo, a adulação dos juízes e a resposta precisa aos artigos da acusação (cf. 172d-173b). Ora, nada mais adequado para Sócrates que justificar seu desprezo a tais regras no meio de um diálogo cuja massa de argumentos consiste precisamente na demonstração de como esse procedimento não se alinha ao conhecimento verdadeiro. Nesse sentido, a atitude de Sócrates em relação à espécie de saber que se exige no tribunal, a oratória, encontra respaldo em seu pensamento sobre a prática política. Rachel Rue nota que na *Digressão* Sócrates retrata o filósofo sob o signo da inabilidade política: “é particularmente apropriado Sócrates escolher o tribunal como cenário da ‘aparência ridícula’ do filósofo, já que, como sabemos pelo prólogo, ele está prestes a entrar na sala de audiência (RUE,

1993, p. 75).” A *Digressão* mostra que o filósofo é inábil no tribunal porque não reconhece os rituais do jogo político. Embora haja sinais na *Digressão* de que Sócrates não aprova o total desconhecimento do filósofo das questões da vida da cidade, o texto é muito claro sobre o abismo que separa “os dois coros” (173b): o dos filósofos e o dos oradores. Vejamos no tópico seguinte como essa diferença é mais uma das conseqüências da tese de Protágoras.

ARGUMENTO E DIGRESSÃO

Do ponto de vista da ordem dos argumentos, a *Digressão* está inserida num conjunto de 12 objeções à tese protagoreana. Estas objeções se iniciam em 161b, com a referência à *anphidromia* da tese. Antes da *Digressão*, são 9 argumentos: (1) objeção da percepção dos animais (160e2-161d2); (2) objeção da pesquisa filosófica (161d3-162a2); (3) objeção da percepção dos deuses (162a4-162d2); as respostas de Protágoras às três primeiras (162d3-163a6); (4) objeção da linguagem e do alfabeto (163a7-c5); (5) objeção da memória (163c5-165a3); (6) objeção do olho coberto (165a4-165d2); (7) objeção dos advérbios (165d2-e4); segue a Defesa de Protágoras (165e4-168c2) onde o sofista responde aos argumentos anteriores nesta ordem: 5, 6, 1, 2, e 7; (8) objeção chamada *peritropê* (168c2-171c7) ou auto-refutação; (9) objeção sobre o divórcio entre benefício e justiça (171c7-172b9); a *Digressão* (172c1-177b8); (10) objeção das especialidades (177b8-179b9); (11) objeção do mobilismo (179c1-183c2) e a refutação final sobre a distinção entre percepção e conhecimento (183c3-187a9).

Não é possível, obviamente, tratarmos dos detalhes destes argumentos³. Mas a descrição da estrutura da crítica permite perceber que a *Digressão* se segue à nona objeção: a proposição do divórcio entre justiça e benefício. A crítica a esta posição principia de modo indireto, sendo explícita somente na *Digressão*. Inicialmente, ela se apresenta sob a forma de uma nova defesa de Protágoras. Tendo concluído a análise da oitava objeção, o argumento da auto-refutação, Sócrates diz que o ataque a Protágoras foi muito violento (171c7). É preciso retomar o dito a partir de uma base “mais sólida”. Reelaborando os elementos da Defesa de Protágoras (166d-167a), Sócrates divide o dito em dois níveis: em matéria de sensações o que percebemos é o que define o ser de cada objeto (a). De outro lado, se Protágoras admitir que existem casos nos quais alguns homens são superiores a outros (b) ele deve estar preparado para conceder isso em assuntos como saúde ou política. Sócrates desenvolve esse argumento sobre os dois níveis do dito da seguinte forma. Primeiro, na esfera política temas como *justo* e *injusto*, *o que é aceitável religiosamente ou não*, *honra*, etc., são valores que as cidades podem conceber segundo os parâmetros do relativismo sensível que temos em (a). Sobre tais temas não há critérios objetivos e as cidades ou os indivíduos julgam conforme suas inclinações (cf. 171e-172). Mas suponha que se trata de decidir acerca do que é mais vantajoso (*sympheron*) no interesse da cidade. Neste

³ Para uma análise detalhada de todas as objeções ver CHAPPELL, 2004, pp. 88-149.

caso temos uma instância de (b), isto é, não é correto proceder da mesma forma que na situação anterior onde os valores são relativos. Isso significa que há pelo menos uma classe de valores que as cidades devem considerar conforme um critério objetivo de verdade. Sócrates, evidentemente, não aceita essa tese, mas também não a critica diretamente nesta parte do diálogo. O que então o teria levado a conceder uma plausibilidade provisória ao protagoreanismo no campo político?

Penso que a concessão se justifica porque a intenção de Sócrates é mostrar as conseqüências desta posição na Digressão. Antes da Digressão ele trabalha com o dito naqueles dois níveis que mencionei. O primeiro nível é o núcleo da tese protagoreana a partir do qual os predicados são constituídos segundo a lógica da sensação. No texto Sócrates passa dos predicados sensíveis *quente, seco, doce* para os predicados morais *justo e injusto* num único passo, propondo que os predicados da justiça sigam a mesma lógica da percepção no âmbito da cidade. Todavia, quando cita o *vantajoso*, Sócrates retém a perspectiva da objetividade. Em síntese: Sócrates concede aos sujeitos da epistemologia protagoreana a possibilidade de sustentarem suas convicções conforme a demanda particular ou social nas cidades, ao mesmo tempo em que procura garantir para o Estado uma esfera mínima de valores em torno do que é benéfico ou prejudicial. Temos aqui explicitamente um divórcio entre justiça e benefício que, como afirma Chappell (2004, p. 120), não é muito diferente da distinção entre *prudência política e moral* na sociedade moderna.

Alguns comentadores notam que não é clara a posição de Sócrates sobre esse divórcio. Mas a Digressão fornece uma resposta a Protágoras. Nela Sócrates defende que é mais apropriado pensar aqueles temas (justiça e bem) num processo de investigação que aproveita o tempo de estudo do que concebê-los no ritmo agitado e rigidamente controlado da cena política. É por isso que o primeiro assunto da Digressão é a diferença entre o tempo de que dispõem os filósofos e o tempo dos oradores. Na primeira frase da Digressão, em 172c1, Sócrates menciona que os filósofos gozam de *scholē*, a disponibilidade de tempo. Note-se que *scholē* é a mesma palavra usada por Euclides no Prólogo, ao relatar que “quando tinha tempo” trabalhava no texto do diálogo (143a). O tema do *tempo dedicado à argumentação* faz os dois interlocutores professarem uma tese sobre o alcance dos aspectos epistemológicos e o alcance dos aspectos políticos da tese de Protágoras. Sócrates diz que o aspecto político exige um exame mais demorado que o epistemológico, o que surpreende porque o argumento epistemológico é o mais longo do diálogo. Essa tese é proferida quando Sócrates alega que o assunto a ser tratado dali em diante (na Digressão) é a “passagem de um argumento pequeno para um grande” [ek logou meizōn ex ellattonos katalambanei, 172c1]. É então que Teeteto diz que *ambos gozam de tempo* para investigar o argumento mais longo. Mas não fica muito claro, à primeira leitura, a que argumento Sócrates se refere. Ao lermos a Digressão, porém, percebemos que o argumento maior é o argumento por meio do qual se desenvolve o contraste entre o filósofo e o orador, isto é,

a tese de Protágoras sob a perspectiva política. O argumento menor, por seu turno, pode ser tanto a reelaboração da tese em 171c-172b, conforme vimos no parágrafo anterior, ou o conjunto da análise sobre os aspectos epistemológicos do dito na parte I do diálogo. Burnyeat inclina-se por esta última opção (1990, p. 33-4). Segundo Burnyeat a referência ao argumento mais longo tem o seguinte motivo. O edifício da sociedade entrará em colapso se aceitarmos a premissa protagoreana do saber conforme a nova defesa, ou seja, a separação entre justiça e benefício. Platão está consciente disso, mas como a demonstração do ponto exigiria uma obra nos moldes da *República* ou do *Górgias*, Platão prefere valer-se de um recurso menos argumentativo: a Digressão.

Depois da menção à *scholē*, Sócrates comenta que não é surpresa o fato de que os que estudam a filosofia tenham uma postura ridícula no tribunal. Para Sócrates este local é uma arena para escravos. Já os que estudam a filosofia são considerados “homens livres” (172c). A comparação dos filósofos a homens livres é defendida na afirmação de que os filósofos utilizam sua *scholē* para examinarem as perspectivas que os próprios argumentos impõem (172d). Eles não se perturbam pela brevidade ou extensão dos argumentos (logous). Seu interesse está voltado “àquilo que é” (172d9, tou ontos). De outro lado, os oradores são escravizados por regras rígidas no discurso. Nos casos jurídicos, precisam ler o resumo dos artigos da acusação perante o acusado (cf. 172e4) e sob o ouvido atento deste. Além disso, seus discursos são controlados pelo relógio de água e pelo juiz.

Nas porções mais centrais da Digressão o acento é sobre o alheamento do filósofo acerca de temas como o caminho da ágora, a linhagem política, a propriedade privada, as disputas por cargos e assim por diante. Sócrates diz que o filósofo está na cidade somente enquanto corpo, ecoando, talvez, o *Fédon*, mas também uma passagem bem conhecida da *República* em 493a-498c, onde a decadência da filosofia é atribuída ao trabalho dos sofistas. A Digressão é o testemunho de que, mesmo no seio de um diálogo ocupado com questões técnicas sobre o conhecimento, Platão ainda considera que o sentido desse trabalho é firmar-se como perspectiva oposta àquele cenário em que as idéias não são “por natureza” (*fysei*, 172b), mas ajustadas às particularidades da política. A Digressão é um encômio à realidade daquilo que se chama, em bom platonismo, de paradigma ou *ontos on*.

Concorrendo com a pregnância desses aspectos temáticos da Digressão está um detalhe material do texto. Não quero me ocupar aqui de mensagens subliminares ou indiretas de Platão. Mas talvez tenha algum interesse *estético* o fato de a Digressão estar no coração do diálogo. Se tomarmos por base a edição de Sthefanus, de um total de 68 páginas do diálogo, as 05 páginas dedicadas à Digressão situam-se na metade da obra. Em si mesmo o detalhe não quer dizer muita coisa, mas é curioso que na página 177 de Sthefanus, esta sim a metade aritmética do diálogo, esteja o argumento sobre a existência das duas ordens: a divina e a não-divina. Esse argumento encerra a *Digressão* por meio de um comentário que se conecta ao assunto que a

iniciou: o divórcio entre o trabalho intelectual do filósofo e o exame rasteiro que caracteriza o pensamento dos que não se dedicam à filosofia.

Para terminar, gostaria de dizer algumas palavras sobre a presença de Sócrates no diálogo. Segundo Alex Long (1988, p. 124) parte dos diálogos de Platão demonstra que o filósofo “continua escrevendo a *Apologia*”. Em cada diálogo Platão mobiliza argumentos para esclarecer a si mesmo – e à audiência filosófica – traços do pensamento de Sócrates que exercem fascínio ou que, provavelmente, ainda soam enigmáticos. No *Teeteto* há sinais desse projeto no Prólogo, mas também na referência à maiêutica em 150b-151d e na própria *Digressão*. Se, como sustentei, o Prólogo tem o propósito de situar o diálogo nos acontecimentos de 399, Long tem razão em destacar que o *Teeteto* se desenvolve sob o enigma de Sócrates. Na medida em que contribui para desvendar parte do enigma, o *Teeteto* pode ser compreendido como uma obra em dois níveis: uma argumentação cerrada sobre temas relacionados ao saber, de um lado, e um conjunto de referências ao contexto da vida de Sócrates, de outro lado. A mensagem do diálogo, segundo a interpretação de Long, é a seguinte: o que se vai ler é menos o trabalho de um Platão às voltas com novas teses sobre o conhecimento do que a retomada desse tema a partir da experiência filosófica mais significativa para o autor do *Teeteto*: o próprio Sócrates. Como comenta também Benardete, “a peculiaridade do *Teeteto* é que, em que pese seu interesse na diferença entre opinião e conhecimento, não há conversão à filosofia a partir da não-filosofia (BENARDETE, 1984, p. 1.131).” Na *Apologia*, como na *Digressão*, Sócrates demarca sua posição em relação às exigências da cidade. Contrário à cooperação entre estes dois níveis de discurso, Platão, o autor da *Digressão*, talvez esteja recordando nela aquele programa político que está na base da *República* e que se funda em duas vias disjuntivas: ou a cidade acolhe a filosofia por meio de uma reforma estrutural, ou a filosofia permanecerá numa tensão com os modos de vida da cidade. Nesse sentido, Sócrates ainda é o elo entre as experiências políticas e o programa metafísico que, juntos, levaram Platão a propor estas duas possibilidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OBRAS CONSULTADAS

- BENARDETE, S. *Plato's Theaetetus: part I of The Being of the Beautiful*. Chicago and London: UCP, 1984.
- BURNYEAT, M., *The Theaetetus of Plato*. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 1990.
- CHAPPELL, T., *Reading Plato's Theaetetus*. Indianapolis/Cambridge: Hackett, 2004.
- DIÈS, A., *Théétète*. Paris: Belles Lettres (Oeuvres complètes), 1926.
- LONG, A.A., Plato's Apologies and Socrates, in: GENTZLER, J., *Method in Ancient Philosophy*. Oxford: OUP, 1998, pp. 113-136.
- SEDLEY, D., *The Midwife of Platonism*. Oxford: OUP, 2004.

STERN, P., *Knowledge and Politics in Plato's Theaetetus*. New York: CUP, 2008.

RUE, R., The Philosopher in Flight: the Digression (172c-177c) in Plato's *Theaetetus*, *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, 11 (1993), pp. 71-100.

Recebido em Julho de 2008.

Aprovado em Setembro de 2008.